

A stylized profile of a human head facing left, filled with horizontal bands of rainbow colors: red, orange, yellow, green, and blue. The head is set against a teal background with white geometric lines forming a large 'V' shape.

Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)



Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H768	Homocultura e as novas formas de ler a sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-744-4 DOI 10.22533/at.ed.444190611 1. Homocultura. 2. Homossexualidade – Aspectos sociais. I. Neves, Christopher Smith Bignardi. CDD 306.76
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ilustre leitor e leitora, essa obra que vos apresento é uma construção coletiva, feita por várias mentes brilhantes que se dedicaram para produzir esses textos que reflete parte de seus conhecimentos. O resultado é um livro transdisciplinar, elabora por especialistas sensíveis a temática, esse volume engloba as áreas da educação, da saúde e do direito.

O termo Homocultura, aborda mais do que diversidade cultural e sexual, associa o discurso teórico e político a uma consciência histórica. As investigações sobre a Homocultura, foram intensificadas no Brasil no início do terceiro milênio, estimuladas pelas discussões proporcionadas por Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos. A Homocultura proporciona novos comportamentos sociais, intervenções e ações, que refletem em discussões, tais como: os direitos homoafetivos; a homoparentalidade, as identidades homoeróticas; a relação etnia-sexualidade, entre outras possibilidades.

Coube a mim o desafio de compilar esta obra que, estabelecerá certamente um diálogo com a sociedade. Esse livro além do fator teórico, apresenta um fator político, uma vez que os pesquisadores abordam temas relacionado as sexualidade, gêneros, machismos e etnias, constituídos socialmente como um tabu. Os esforços destes vinte e cinco pesquisadores, refletem um exercício de alteridade, posicionam-se no lugar outro, para nos apresentar novas perspectivas de análise.

Para diminuir algumas limitações teórico-metodológicas as contribuições dos autores e das autoras estão agrupadas em seções, de modo que a primeira seção abordará ensaios teóricos que fornecem embasamentos para a compreensão do tema Homocultura, permeando pelas Ciências Sociais, pela Psicologia e pelo Direito; a seção seguinte apresenta estudos empíricos, agrupados pelas áreas da Saúde, das Ciências Sociais, do Direito, e da Educação, que foram desenvolvidos na região sudeste, norte e nordeste do país.

Iniciamos o livro com o estudo bibliográfico realizado por *Vinicius Santos* (Capítulo 1) nos faz refletir sobre a constituição de uma Esfera Pública LGBT, para tanto o autor faz uma digressão acerca da democracia deliberativa apoiando-se em dezenas de teóricos das Ciências Sociais. O estudo bibliométrico de *Juliana Costa* e *Elaine Fernandez* (Capítulo 2), que direciona a pesquisa para a relação lesbianidades e prostituição sexual, as autoras encontraram no portal Capes, três teses e quatro dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2012, o que possibilita discorrer sobre a pouca produção científica existente. *Paola Cantarini* (Capítulo 3) contribui ao discorrer sobre o Estado Democrático de Direito, a autora relaciona a arte e o direito a partir do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seu artigo aborda um direito democrático e transgressor. A mesma autora (Capítulo 4) expõe a necessidade do resgate de um vínculo transcendental das instâncias sociais, onde o Direito aplica novas interpretações da sociedade, adotando os princípios da proporcionalidade, de modo interdisciplinar agregando os saberes do Direito, da Filosofia e da Arte.

Abordando as mulheres encarceradas *Yohana Monteiro* (Capítulo 5) tece um breve panorama sobre a realidade dos presídios, ponderando que estes espaços de dominação sob a égide do panóptico, vigia e estigmatiza cada vez mais a mulheres negras e pobres.

A segunda seção desta obra apresenta tênues subdivisões. As abordagens da Saúde iniciam-se no estudo de *Rosângela Vera* (Capítulo 6), que inclui as lentes das Ciências Sociais para apresentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres residentes em uma comunidade quilombola, localizada no interior do Maranhão, que sofrem com a ausência de políticas públicas de saúde. *Severino Leão, Elzomar Freire e Karoline Dias* (Capítulo 7) identificam que a cultura machista reflete na falta de cuidado com a saúde masculina, identificam que perdura entre os homens o preconceito relacionado ao exame do toque retal, e, através de uma campanha educativa incentivaram centenas de pacientes a realizar o procedimento para identificar a neoplasia. Através da 12ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT, ocorrida em Picos (PI), *Glauber Macedo, Martha Sousa, José Sobreira e Paulo Souza Junior* (Capítulo 8), tecem reflexões que abordam temas relacionados aos processos decoloniais e política públicas para a população LGBT e em especial à saúde de pessoas Trans. Por meio do mesmo evento. Sob a ótica do Direito e das Ciências Sociais, *José Moraes, Geane Borges, Samuel Hora e Wendy Moraes* (Capítulo 9) produzem um diálogo com o leitor, e também, com quatro entrevistados que participaram do referido evento.

A última seção retrata os artigos sobre a educação, neste espectro Máira Sarmanho e Roosyelma Santos (Capítulo 10) desenvolvem pesquisa acerca de gênero e sexualidade nas percepções dos professores e estudantes de uma escola pública de Bélem (PR). *Luiz Luz e Ana Rufino* (Capítulo 11) entendem a dificuldade em discutir no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade, buscam em teóricos queer uma explanação para que se efetive essa prática na educação infantil. As reflexões de *André Barbosa, Angela Venturini e José Freitas* (Capítulo 12) visam contribuir para criação de um pensamento descolonizado, por se enquadrar numa Instituição de Ensino Superior, os autores refletem sobre sua identidade, formação e local de fala. Encerrando o livro, encontra-se o artigo de *Fernanda Webering e André Barbosa* (Capítulo 13), inquerem treze pró-reitores de uma universidade federal a respeito de cultura, política e prática de inclusão, constatando a invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico.

Pensar e repensar conceitos e pré-conceitos pode ser viabilizado por meio desta obra, que anseio contribui para que vocês, leitores e leitoras, possam utilizá-las em suas atribuições sobre cultura e modos de coligir o mundo.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER	
Vinícius Barriga dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4441906111	
CAPÍTULO 2	12
LESBIANIDADES E PROFISSIONAIS DO SEXO: DIALOGANDO SOBRE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E TRABALHO	
Juliana Mazza Batista Costa	
Elaine Magalhães Costa Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.4441906112	
CAPÍTULO 3	25
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	
Paola Cantarini Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.4441906113	
CAPÍTULO 4	36
MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.4441906114	
CAPÍTULO 5	52
GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	
Yohana Tôrres Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4441906115	
CAPÍTULO 6	59
ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE	
Rosângela de Sousa Veras	
DOI 10.22533/at.ed.4441906116	
CAPÍTULO 7	68
O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADESÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	
Severino Francisco de Souza Leão	
Elzomar Mendonça Freire	
Karoline Mirapalheta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.4441906117	

CAPÍTULO 8	76
POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI	
Glauber Bezerra Macedo	
Martha Virna de Sousa	
José Thiago Bezerra Sobreira	
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4441906118	
CAPÍTULO 9	88
O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS E A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS	
José Borges de Moraes	
Geane Maria de Alencar Arrais Borges	
Samuel do Nascimento Hora	
Wendy Gonçalves Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4441906119	
CAPÍTULO 10	117
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	
Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho	
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44419061110	
CAPÍTULO 11	128
DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	
Luiz Otavio Ferreira da Luz	
Ana Daniela dos Santos Rufino	
DOI 10.22533/at.ed.44419061111	
CAPÍTULO 12	141
A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Angela Maria Venturini	
José Guilherme de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44419061112	
CAPÍTULO 13	148
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS	
Fernanda Iglesias Webering	
André Luiz dos Santos Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.44419061113	
SOBRE O ORGANIZADOR	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)

Yohana Tôres Monteiro

Mestranda em Sociologia – UFC

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

RESUMO: O presente trabalho apresenta as principais investigações e discussões sobre gênero e sistema prisional nas últimas décadas trazendo à tona a questão da mulher negra na contemporaneidade, que irá sofrer não só por ser mulher, mas também por ser negra e também presidiária. O nosso estudo é de natureza bibliográfica e documental, sem a pretensão de esgotar o assunto. Dessa forma, iremos discutir as categorias de gênero, raça e sexualidade, traçando um diálogo intrínseco entre as três categorias. Logo, entenderemos as diversas instâncias que perpassam o sistema prisional, principalmente, no que diz respeito ao sistema prisional feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Raça e Sexualidade.

GENDER, RACE AND SEXUALITY: THE DISCUSSION ABOUT WOMEN'S PRISON IN THE FEMALE PENAL INSTITUTE (IPF)

ABSTRACT: The present work presents the

main investigations and discussions about gender and prison system in recent decades bringing to the fore the question of the woman in contemporary, who will suffer not only because she is a woman, but also because she is black and also inmate. Our study is of a bibliographic and documentary nature, without the pretension to exhaust the subject. In this way, we will discuss the categories of gender, race and sexuality, outlining an intrinsic dialogue between the three categories. Therefore, we will understand the various instances that permeate the prison system, mainly, in relation to the female prison system.

KEYWORDS: gender, race and sexuality.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada por diversas violações de direitos constitucionais, sobretudo os que garantem a dignidade humana. Nesse contexto, realça a situação de encarceramento feminino brasileiro, que compreende um cenário de presídios superlotados, elevados números de aprisionadas provisórias (sem julgamento), precárias condições sanitárias e abandono destas pelas famílias e companheiros(as).

Além disso, as questões relativas ao gênero intensificam os processos de

invisibilização e/ou relativização da garantia de seus direitos, devido à nossa construção histórica, que estabelece papéis para os dois sexos, atribuindo lugares para a mulher e homem, de sorte que tal distinção seja percebida como algo natural e verdadeiro. Das mulheres espera-se que “[...] sejam “femininas”, simpáticas, atenciosas, submissas, [...] contidas ou até mesmo apagadas” (BOURDIEU, 1999, p. 82). Para o autor, essa socialização será uma violação simbólica que só ocorre em razão da existência de um *habitus*, que é um conjunto produzido por esquemas de percepção, apreciação e ação que orientam os agentes no mundo social.

Os presídios foram arquitetados historicamente para o encarceramento masculino. O aprisionamento feminino tem suas origens ligadas às concepções morais, em que estava em risco o ideal de sociedade defendido pelos dogmas religiosos, segundo o qual a mulher deveria desempenhar o papel de dama casta, servindo à família e ao esposo. Inicia-se com a “caça às bruxas”, estende-se à detenção das mulheres junto aos homens e só depois, num fenômeno mais recente, há a separação delas em presídios femininos, por causa do aumento de mulheres encarceradas, para um tratamento diferenciado, com prendas domésticas e preparação para retornarem ao convívio social, familiar e religioso. Para as mulheres, a situação de viver em um presídio traz questões de natureza social, mas também de natureza biológica, afinal elas têm menstruação, gravidez, menopausa, maternidade, o que conseqüentemente requer políticas públicas voltadas a esse público (PIZOLOTTO, 2014).

Outrossim, as mulheres aprisionadas, sobretudo as negras, encontram-se submetidas a processos de violações de direitos humanos nesse sistema prisional moldado em relações racistas, patriarcais e classistas estruturantes da sociedade capitalista brasileira. Muitas delas sem julgamentos, não tendo a quem recorrer, só podendo contar com os profissionais disponibilizados pelo Estado, a maioria deles no próprio cárcere, como defensor público, assistente social, psicóloga, agentes penitenciárias, etc.

Davis (2018, p. 101) assevera que “as prisões são a encarnação do racismo”, pois representam a estratégia global de lidar com as populações étnicas, excedentes e “descartáveis”. “Coloquem-nas, todas, em uma imensa lata de lixo, acrescentem algum tipo de tecnologia eletrônica sofisticada para controlá-las e deixem que definham ali” (DAVIS, 2018, p. 102). As prisões criam a ilusão ideológica de que a sociedade está mais segura e mais livre porque pessoas negras, indígenas e latinas estão trancadas. Enquanto isso, as empresas lucram, devido ao negócio de prisões estar se tornando um dos setores mais lucrativos para o âmbito privado. Em contrapartida, as comunidades pobres padecem, a educação pública padece, a saúde padece, a assistência social padece, pois não são lucrativas para o capitalismo global, sendo transformadas em mercadorias, que, na verdade, deveriam ser ofertadas de forma gratuita para a população.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

(Infopen), o número de presos no sistema penitenciário brasileiro somou 726.712 pessoas em junho de 2016. Do total, 5,8% eram mulheres. Dentre esses indivíduos custodiados pelo Estado, 64% eram pessoas negras, 75% não chegaram ao ensino médio, 55% tinham entre 18 e 29 anos e 40% eram presos provisórios (BRASIL, 2016).

O Brasil é o 4º maior país em população carcerária e o 5º maior país com população carcerária feminina do mundo. Na realidade cearense, 80% das mulheres encarceradas no Presídio Auri Moura Costa (Ceará) são presas provisórias e apenas 20% são julgadas. A maioria das mulheres encarceradas é jovem, pobre, negra e de baixa escolaridade. Dois terços dessas detidas compreendem mulheres negras. Logo, isso mostra o caráter racista do sistema prisional. Portanto, esses levantamentos indicam apenas algumas das problemáticas que cercam o presídio feminino e dão relevância a esta intervenção. Diante desses dados, podemos ver que os presídios têm cor e classe, com mulheres pretas e pobres.

Vale ressaltar que só foi concedido o direito à visita íntima às mulheres em 2001, 17 anos depois da promulgação da lei que garantia esse benefício aos homens. Com relação a esse aspecto, é possível notar também que as mulheres sofrem descaso: os dados da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) do Rio de Janeiro de 2015 mostram que apenas 34 das 2.104 (1,6%) internas das seis unidades prisionais femininas do estado recebiam visitas íntimas, um número significativo se comparado aos 2.183 dos 40.746 presos que recebiam visitas. Esses dados são do Rio de Janeiro, mas podem ser estendidos para a realidade nacional.

2 | INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO SISTEMA PRISIONAL

O sistema penitenciário brasileiro é marcado por questões estruturais que fomentam abordagens discriminatórias e violentas, ferindo a dignidade e violando direitos. O encarceramento feminino no Brasil, como em outros países, foi construído em cima dos discursos morais e religiosos, submetendo-se às amarras do patriarcado. Não se sabe com exatidão quando e onde foi estabelecido o primeiro formato de estabelecimento prisional feminino, mas sabe-se que, depois que se espalhou esse sistema, tinha-se a intenção de domesticar a mulher em relação à sua sexualidade, seu comportamento, transformando as “mulheres pecadoras” em “mulheres perfeitas” (MARTINS, 2018).

Queiroz (2015) adverte que o aumento da criminalidade da mulher se deu por ela se tornar, muitas vezes, chefe de família, devido ao abandono do companheiro, tentando, através do tráfico ou outro meio, um complemento de renda para o seu sustento e o de seus filhos.

Uma tese em voga entre ativistas da área é a de que a emancipação da mulher

como chefe da casa, sem a equiparação de seus salários com os masculinos, tem aumentado a pressão financeira sobre elas e levado mais mulheres ao crime no decorrer dos anos. Dados comprovam a teoria. Os delitos mais comuns entre mulheres são aqueles que podem funcionar como complemento de renda. (QUEIROZ, 2015, p. 36).

A população carcerária feminina cresceu 698% no Brasil em 16 anos: no ano 2000, havia 5.601 mulheres, número que saltou para 44.271 no ano de 2016. De todas essas mulheres, 43% ainda não haviam tido os seus casos julgados em definitivo. E, ainda mais, 80% delas eram mães e responsáveis principais dos filhos e filhas e 60% estavam presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas, as quais, em sua maioria, haviam entrado no tráfico devido aos seus(suas) companheiros(as). Vale ressaltar que 74% das unidades prisionais destinam-se a homens e 7% a mulheres (BRASIL, 2016).

De acordo com a jurista norte-americana Alexander (2017, p. 110), a chamada guerra às drogas é a causa mais importante para a explosão das taxas de encarceramento, “[...] há mais pessoas nas prisões hoje apenas por crimes de drogas do que havia pessoas encarceradas por todos os motivos em 1980. Nada contribuiu mais para o encarceramento em massa sistemático das pessoas não brancas [...] do que a Guerra às Drogas”.

As mulheres no cárcere são vigiadas e punidas, sendo esses dois dispositivos importantes para o poder, como afirma Foucault (1996). Para ele, o poder não pode ser localizado nem observado em instituições, tampouco no poder do governante. O poder acontece como uma relação de forças, o qual é distribuído e age sobre toda a sociedade, em todos os lugares, controlando os indivíduos. Pode-se destacar nas prisões o exercício desse poder. Tais espaços, a partir do século XVIII, passaram a ser estruturados para serem o olho do poder, o panoptismo, que tudo vê e por ninguém é visto. Passou-se a utilizar o controle, e não mais a força (FOUCAULT, 1996).

Essas mulheres trazem consigo o preconceito/discriminação que sofrem no dia a dia, seja pelo sexismo, seja pelo racismo. Para Kilomba (2010, p. 173-174), o racismo se constitui desde a escravidão como um processo de exclusão e silenciamento, e não se faz diferente na sociedade contemporânea: “No racismo, a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: [...] têm de ser excluídos(as)”. E, ainda mais, quando a autora se refere à máscara que era colocada nos(nas) negros(as) na época da escravidão, “[...] levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir?” (KILOMBA, 2010, p. 176-177).

Beauvoir (1970, p. 9) afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, pois a categoria gênero incorpora atributo e funções socialmente construídos que configuram as diferenças de sexo. Dessa forma, ser homem ou mulher implica a incorporação desses atributos e funções que determinam as diferenças de estatutos,

papéis, responsabilidades em todos os lugares e setores da sociedade (FERNANDES, 2009).

Há uma polaridade no modo como os papéis são distribuídos socialmente. Às mulheres, ao longo dos tempos, foram atribuídas características de submissas, inferiores, frágeis, reprodutoras, dóceis ao homem, que tinham a figura do pai, irmão e marido como guias.

[...] A relação homem/mulher é construída sobre o mesmo modelo que a relação pais/filhos, que a relação irmão mais velho/irmão mais novo e, mais em geral, que a relação anterior/posterior, significando a anterioridade e a superioridade. Esta série de equivalência é universalmente aceita. Que eu saiba, não há nenhuma sociedade, mesmo matrilinear, que atue invertendo estas relações ou simplesmente negando a sua existência. (KOVALESKI; TORTATO, 2016, p. 59).

Logo, o homem é entendido pelo ponto positivo, como o duro, ativo, forte; e a mulher, pelo lado oposto, o negativo, como sendo a mole, passiva, como percebemos no trecho de Beauvoir (1970, p. 6), “[...] há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o acaso, as trevas e a mulher, diz Pitágoras”.

Os homens e as mulheres têm corpos diferentes e funções de reprodução distintas, e isso conduz ao pensamento do idêntico e do diferente, como o calor/frio, seco/úmido, alto/baixo, forte/fraco, inferior/superior, por exemplo. Para alguns autores, a mulher é úmida e fria, já o homem é quente e seco, ou seja, “[...] as categorias associadas ao masculino são sempre consideradas superiores àquelas associadas ao feminino [...]” (KOVALESKI; TORTATO, 2016, p. 59)

A partir daí, atribui-se à mulher um pendor definido para ocupar um lugar social – a família e o espaço doméstico, traçando-se, pois, um único destino para todas as mulheres: a maternidade. Além disso, espera-se delas sua vocação natural: o recato, a docilidade e a receptividade em relação aos desejos e necessidades dos homens; em seguida, aos dos filhos.

Sob esse prisma, Albuquerque Júnior (2003, p. 26) aponta que “[...] As práticas cotidianas de gênero [...] não estão determinadas nem pela genitalidade nem pelos códigos de sexualidade. O gênero nem é natural, sendo uma criação histórica e cultural, nem está preso completamente a uma ordem dominante de prescrições”.

Kehl (2016) ressalta que a adequação das mulheres ao padrão de feminilidade que ainda sobrevive hoje faz parte do imaginário social moderno transmitido pela educação, pelos parentes, pelo senso comum, pela religião e também pela produção científica, que determina o que cada mulher deve ser para ser verdadeiramente uma mulher. Porém, o imaginário social não é unívoco. Em razão disso, os ideais de autonomia do sujeito contrapunham-se aos ideais de submissão feminina, aos ideais de domesticidade, aos ideais de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade. Desde a cultura europeia dos séculos XVIII e XIX, as mulheres eram adequadas ao conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade, seguindo a ideia de que as mulheres formavam um conjunto de sujeitos definidos por sua natureza, anatomia e capacidade procriadora.

Logo, é possível observar que as mulheres presas quebram o imaginário social quando ali se deparam com alguma infração/delinquência, haja vista o fato de que o presídio não foi construído historicamente para elas, “[...] pois se encontravam resignadas à vida privada, com menos probabilidades de delinquir” (NASCIMENTO, 2013, p. 164). Essa situação irá negligenciar a realidade dessas mulheres, rodeadas de particularidades, tornando-se uma demanda social crescente.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, este estudo é de suma importância para dar voz e vez a tantas vozes silenciadas, desvelando a realidade do cárcere feminino e as suas particularidades. Este debate ético pretende fortalecer as discussões sobre as mulheres pretas, pobres e presidiárias para as políticas públicas, de modo que passem a ser vistas pela sociedade e pelo Estado.

Ao analisar os presídios masculinos e femininos, é perceptível que há uma grande diferença entre homens e mulheres na cadeia, estas últimas sofrem o abandono, sem a visita recorrente dos(as) familiares ou companheiros(as) como acontece com os homens que estão no sistema prisional. A sociedade aceita com mais naturalidade um homem preso do que uma mulher, uma vez que ela rompe com a imagem construída da mulher boazinha, dócil e do lar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

ALEXANDER, M. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, R. O. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia, 1970.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização**. 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/depen/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERNANDES, M. G. M. **Papéis sociais de gênero na velhice**: o olhar de si e do outro na velhice: o olhar de si e do outro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 62, n. 5, p. 705-710, 2009.

FIORAVANTE, K. E. **A gente é invisível**: sobre espaço carcerário feminino e gênero. *Revista*

Colombiana de Geografía, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 55-64, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, G. The mask. In: KILOMBA, G. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. 2. ed. Münster: Unrast Verlag, 2010. p. 1-2.

KOVALESKI, N. V. J.; TORTATO, C. S. B. **Reflexões sobre as origens das desigualdades de gênero**: a teoria da valência diferencial dos sexos de Françoise Héritier. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 9, n. 34, p. 58-71, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, L. E. **Cárcere feminino**: a carência de políticas públicas para as particularidades do gênero, em especial as gestantes ou mães de crianças e adolescentes. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Programa de Graduação em Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998

NASCIMENTO, L. C. S. **A (in)visibilidade da mulher criminosa e a desigualdade de gênero no espaço da prisão**: uma análise da vivência das mulheres em situação de prisão no Complexo Penal Estadual Agrícola Dr. Mário Negócio em Mossoró/RN. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*, Natal, v. 1, n. 2, p. 164-185, 2013.

PIZOLOTTO, L. C. **A Lei 11.343/2006 e o aumento de mulheres encarceradas**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Programa de Graduação em Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. São Paulo: Record, 2015.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Dados**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seap>>. Acesso em: 15 set. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, interior do Paraná. É Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Tecnólogo em gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com tripla Especialização na área de educação, sendo: Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná); Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR - Setor Litoral), e, Coordenação Pedagógica (UFPR). Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (com bolsa CAPES). Se aperfeiçoou em Gênero e Diversidade na Escola. Cursa mestrado em Gestão e Direção de Equipes, pela Escola Nacional de Negócios de Barcelona (ENEB). Atualmente é Servidor na Prefeitura Municipal de Paranaguá, exercendo a função de Coordenador Pedagógico, desenvolveu atividades na UFPR como Professor Formador e Tutor a Distância nos anos de 2015 e 2016 na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2012 atuou como Professor no Instituto Federal do Paraná nos cursos de Organizador de Eventos e Monitor de Recreação. Participou de edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem apreço pelas artes homoeróticas e queer, em especial pelo cinema e literatura. Realiza pesquisas principalmente nas seguintes áreas: História da homossexualidade; Movimento LGBT; Turismo LGBT; Consumo LGBT e outras relacionadas a não-heterossexualidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aids 22, 23, 30, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

B

Boaventura de Sousa Santos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35

C

Cidadania 29, 30, 63, 66, 78, 79, 82, 84, 97, 116, 125

Ciências 1, 11, 29, 31, 32, 35, 36, 58, 59, 67, 88, 94, 117, 122, 144, 147, 150, 153

Colonial 59, 65, 82, 88, 89, 91, 99, 107, 122, 146

Colonialidade 32, 33, 82, 86, 99, 141, 142, 143, 145, 146

Colonialismo 26, 29, 145

Constituição 1, 2, 9, 10, 20, 30, 41, 43, 49, 50, 51, 60, 76, 79, 82, 103, 115, 122, 124, 126, 136, 137, 145

Corpo 21, 61, 63, 65, 81, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 107, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 134, 139

Cultura 16, 18, 24, 33, 56, 61, 69, 70, 72, 73, 78, 82, 85, 96, 97, 102, 104, 116, 119, 121, 126, 129, 138, 147, 148, 150, 151

D

Decolonial 76, 77, 86, 116, 141, 146

Democracia 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 25, 29, 30, 32, 35, 39, 42, 46, 51, 65

Democrático 3, 4, 5, 6, 7, 8, 29, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 48

Direito 1, 7, 8, 10, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 63, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 92, 93, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 124, 125, 131, 144

Discriminação 55, 78, 79, 80, 83, 85, 91, 106, 108, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 131

Diversidade 2, 26, 27, 65, 66, 76, 83, 85, 87, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 139, 148, 153

E

Educação 16, 17, 23, 53, 56, 58, 70, 72, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 96, 97, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153

Epistemologia 25, 26, 27, 29, 33, 35

Escola 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 153

Esfera pública 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 41

Estado 5, 6, 7, 8, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 98, 104, 106, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 140

Exclusão 2, 9, 16, 29, 30, 36, 38, 39, 49, 55, 82, 106, 119, 121, 122, 125, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

F

Foucault 13, 16, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 34, 35, 55, 58, 116, 121, 127, 132, 133, 134, 135, 139

G

Gays 13, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 118, 124

Gênero 12, 13, 23, 24, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 104, 106, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153

H

Habermas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 40, 46, 51

Heteronormatividade 13, 17, 19, 124, 128, 136, 139

Heterossexuais 2, 19, 105, 136

Heterossexual 13, 90, 118, 122, 126

Heterossexualidade 19, 24, 119, 121, 126, 136, 139, 153

Hiv 22, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

Homofobia 2, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 103, 104, 107, 109, 116, 139, 140

Homossexuais 22, 79, 80, 82, 101, 103, 104, 105, 106

Homossexual 88, 103, 106, 116, 122

Homossexualidade 13, 14, 15, 17, 78, 101, 105, 106, 131, 153

I

Identidade 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 65, 79, 81, 91, 104, 106, 118, 120, 121, 130, 134, 139, 140, 144, 145, 149

J

Jurídico 26, 27, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 47, 49

L

Lesbianidades 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23

Lésbicas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 101, 118, 124

LGBT 1, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 114, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 153

M

Masculino 13, 19, 20, 53, 56, 57, 69, 70, 71, 74, 120, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 151
Minorias 1, 2, 3, 9, 10, 36, 78, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 106, 107,
109, 110, 111, 112, 113, 116

N

Negra 52, 54, 60, 64, 65, 108
Negro 55, 60, 65, 81

P

Poder 2, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 28, 30, 31, 35, 41, 43, 48, 49, 50, 55, 58, 65, 84, 85, 89, 94, 96,
97, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 120, 121, 129, 130, 132, 135, 141, 142,
143, 145, 146, 147
Política 3, 4, 5, 6, 8, 11, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 42, 49, 60, 61, 62, 74, 78, 79,
80, 83, 84, 85, 86, 93, 99, 100, 108, 110, 125, 136, 139, 146, 147, 150, 151
Política pública 60, 61, 150
Preconceito 55, 75, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 121, 124,
126, 137, 148, 151
Princípio da proporcionalidade 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51
Prostituição 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24

R

Raça 35, 52, 54, 60, 64, 66, 76, 81, 91, 93, 95, 101, 105, 106, 120, 130, 132, 143, 145, 150
Racismo 19, 53, 55, 57, 64, 82, 93, 108, 116

S

Saúde 17, 22, 23, 24, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 117, 124, 150
Sexual 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83,
84, 85, 87, 88, 89, 91, 96, 100, 103, 105, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 139, 153
Sexualidade 12, 20, 23, 24, 52, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 99, 101,
104, 106, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 145, 149, 152
Sociedade 2, 5, 6, 7, 10, 13, 20, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 64, 68, 69,
74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,
103, 104, 106, 107, 109, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 134, 136, 142, 143,
145, 147, 151

T

Trans 34, 76, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 127, 144, 148, 149, 151

Travestis 16, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 118, 126

V

Violência 16, 17, 18, 21, 23, 48, 49, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 95, 100, 104, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-744-4



9 788572 477444